do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de cons-tituir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil - COSUD." Foi designada relatora a Deputada Marta Costa, que apresentou voto favorável ao PL 1084/2023 e con-trário às emendas de n.ºs 1 e 2, e cujas conclusões foram lidas pela relatora. Foi apresentado voto em separado de autoria dos Deputados Dr. Jorge do Carmo, Enio Tatto, Luiz Claudio Marcolino, Professora Bebel, Reis e Rômulo Fernandes, favorável ao PL 1084/2023, na forma do substitutivo apresentado, que foi lido pelo Deputado Luiz Claudio Marcolino. Também apresentou voto em separado a Senhora Deputada Ediane Maria, contrário ao PL 1084/2023, cujas conclusões foram lidas pela autora do voto. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados: Professora Bebel, Dr. Jorge do Carmo, Rômulo Fernandes, Reis, Enio Tatto, Ediane Maria e Luiz Claudio Marcolino. Encerrada a discussão, procedeu-se à votação nominal. Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação votaram a favor do voto da Relatora as Senhoras Deputadas Marta Costa, Fabiana Barroso e Solange Freitas e os Senhores Deputados Carlos César, Mauro Bragato, Delegado Olim e Tomé Abduch. Votaram com o voto em separado da Bancada do PT os Senhores Deputados Dr. Jorge do Carmo, Reis e Rômulo Fernandes. Pela Comissão de Administração Pública e Relações de Trabalho, votaram a favor do voto da Relatora as Senhoras Deputadas Fabiana Barroso e Solange Freitas e os Senhores Deputados Carlos César, Gilmaci Santos, Itamar Borges, Helinho Zanatta e Delegado Olim. Votaram com o voto em separado da Bancada do PT a Senhora Deputada Professora Bebel e o Senhor Deputado Luiz Claudio Marcolino. Votou com seu voto em separado a Senhora Deputada Ediane Maria. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, votaram a favor do voto do Relator as Senhoras Deputadas Fabiana Barroso e Solange Freitas e os Senhores Deputados Gilmaci Santos, Itamar Borges, Ricardo França e Carlos César. Votaram com o voto em separado da Bancada do PT os Senhores Depu-tados Enio Tatto e Luiz Claudio Marcolino. Foi aprovado como parecer o voto da relatora, Deputada Marta Costa, favorável ao PL e contrário às emendas de n.ºs 1 e 2. Em seguida, o Senhor Presidente, Deputado Gilmaci Santos, anunciou o resultado: aprovado como parecer o voto da relatora, Deputada Marta Costa, favorável ao PL n.º 1084/2023 e contrário às emendas de n.ºs 1 e 2. Em seguida, fez uso da palavra o Senhor Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, agradecendo a presença de todos, e manifestando a disponibilidade dos Secretários de Estado em atender a todos os Deputados desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Leticia Chamy Farkuh, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavei esta ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Os trabalhos foram gravados pela Divisão de Painel e Audiofonia. Salão Nobre da Presidên-cia, em 16 de agosto de 2023.

Deputado Gilmaci Santos
Presidente
Leticia Chamy Farkuh
Secretária

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, no Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Primeira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea "d", combinado com o artigo 68, ambos do Regimento Interno, e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Gilmaci Santos. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Thiago Auricchio, Dr. Jorge do Carmo, Reis, Altair Moraes, Dr. Eduardo Nóbrega (membros efetivos), a Senhora Deputada Fabiana Barroso e o Senhor Deputado Rafael Saraiva (membros substitutos). Ausentes os Deputados Vinícius Camarinha, Rômulo Fernandes, Daniel Soares, Delegado Olim e Caio França. Pela Comissão de Transportes e Comunicações estiveram presentes os Senhores Deputados Donato e Jorge Wilson Xerife do Consumidor (membros efetivos), a Senhora Deputada Dani Alonso e os Senhores Deputados Alex de Madureira e Dirceu Dalben (membros substitutos), os Senhores Deputados Dr. Jorge do Carmo e Luiz Carlos Marcolino (membros eventuais). Ausentes os Deputados Paulo Mansur, Ricardo Madalena, Rodrigo Moraes, Emídio de Souza, Enio Tatto, Carlão Pignatari, Milton Leite Filho, Léo Oliveira, Oseias de Madureira, Valdomiro Lopes e Atila Jacomussi. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Fabiana Barroso e os Senhores Deputados Alex de Madureira, Luiz Cláudio Marcolino, Dirceu Dalben, Gilmaci Santos e Ricardo França (membros efetivos), os Senhores Deputados Carlos Cezar e Rafael Saraiva (membros substitutos). Ausentes os Deputados Enio Tatto, Carlão Pignatari, Daniel Soares, Itamar Borges e Oseias de Madureira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 308/2023, tramitando em regime de urgência, de autoria dos Deputados Donato e Ricardo França, que "Institui a política de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio". Foi nomeada relator o Deputado Rafael Saraiva, que leu a conclusão do documento, com voto favorável ao PL 308/2023 e à emenda nº 01. O Presidente Gilmaci Santos iniciou a votação simbólica. Os Deputados presentes votaram a favor do voto do Relator. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação votaram a favor do voto do Relator: as Senhoras Deputadas Marta Costa e Fabiana Barroso e os Senhores Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Dr. Jorge do Carmo, Reis, Thiago Auricchio, Altair Moraes, Dr. Eduardo Nóbrega e Rafael Saraiva. Pela Comissão de Transportes e Comunicações votaram a favor do voto do relator: a Senhora Deputada Dani Alonso e os Senhores Deputados Donato, Jorge Wilson Xerife do Consumidor, Alex de Madureira, Dirceu Dalben, Dr. Jorge do Carmo e Luiz Cláudio Marcolino. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento votaram a favor do voto do Relator: a Senhora Deputada Fabiana Barroso e os Senhores Deputados Alex de Madureira, Luiz Cláudio Marcolino, Dirceu Dalben, Gilmaci Santos, Ricardo França, Carlos Cezar e Rafael Saraiva. Aprovado como parecer o voto do Relator, Deputado Rafael Saraiva, favorável ao PLC 308/2023 e à Emenda nº 1. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Mariana Pereira de Oliveira, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavei esta ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Os trabalhos foram gravados pela Divisão de Painel e Audiofonia. Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três.

Gilmaci Santos
Presidente
Mariana Pereira de Oliveira
Secretária

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, no Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Primeira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea "d", combinado com o artigo 68, ambos do Regimento Interno, e presidida, nos termos regimentais, pelo Senhor Deputado Gilmaci Santos. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Dr. Jorge do Carmo, Reis, Thiago Auricchio, Altair Moraes, Dr. Eduardo Nóbrega (membros efetivos), a Senhora Deputada Fabiana Barroso e o Senhor Deputado Rafael Saraiva (membros substitutos). Ausentes os Deputados Vinícius Camarinha, Rômulo Fernandes, Daniel Soares, Delegado Olim e Caio França. Pela Comissão de Transportes e Comunicações estiveram presentes os Senhores Deputados Donato e Jorge Wilson Xerife do Consumidor (membros efetivos), a Senhora Deputada Dani Alonso e os Senhores Deputados Alex de Madureira e Dirceu Dalben (membros substitutos), os Senhores Deputados Dr. Jorge do Carmo e Luiz Cláudio Marcolino (membros eventuais). Ausentes os Deputados Paulo Mansur, Ricardo Madalena, Rodrigo Moraes, Emídio de Souza, Enio Tatto, Carlão Pignatari, Milton Leite Filho, Léo Oliveira, Oseias de Madureira, Valdomiro Lopes e Atila Jacomussi. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes a Senhora Deputada Fabiana Barroso e os Senhores Deputados Alex de Madureira, Luiz Cláudio Marcolino, Dirceu Dalben, Gilmaci Santos e Ricardo França (membros efetivos), os Senhores Deputados Carlos Cezar e Rafael Saraiva (membros substitutos). Ausentes os Deputados Enio Tatto, Carlão Pignatari, Daniel Soares, Itamar Borges e Oseias de Madureira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 308/2023, tramitando em regime de urgência, de autoria dos Deputados Donato e Ricardo França, que "assegura às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a prestação gratuita do serviço de transporte coletivo intermunicipal rodoviário no Estado". Foi nomeado relator o Deputado Alex de Madureira, que leu a conclusão do documento, com voto favorável ao PL 871/2023. O Presidente Gilmaci Santos iniciou a votação simbólica. Os Deputados Presentes votaram a favor do voto do Relator. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação votaram a favor do voto do Relator: as Senhoras Deputadas Marta Costa e Fabiana Barroso e os Senhores Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Dr. Jorge do Carmo, Reis, Thiago Auricchio, Altair Moraes, Dr. Eduardo Nóbrega e Rafael Saraiva. Pela Comissão de Transportes e Comunicações votaram a favor do voto do relator: a Senhora Deputada Dani Alonso e os Senhores Deputados Donato, Jorge Wilson Xerife do Consumidor, Alex de Madureira, Dirceu Dalben, Dr. Jorge do Carmo e Luiz Cláudio Marcolino. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento votaram a favor do voto do Relator: a Senhora Deputada Fabiana Barroso e os Senhores Deputados Alex de Madureira, Luiz Cláudio Marcolino, Dirceu Dalben, Gilmaci Santos e Ricardo França, Carlos Cezar e Rafael Saraiva. Aprovado como parecer o voto do Relator, Deputado Rafael Saraiva, favorável ao PLC 871/2023. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Mariana Pereira de Oliveira, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavei esta ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Os trabalhos foram gravados pela Divisão de Painel e Audiofonia. Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legisla-tiva do Estado de São Paulo, em vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três.

Gilmaci Santos
Presidente
Mariana Pereira de Oliveira
Secretária

Debates

14 DE AGOSTO DE 2023 80ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
6 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - CONTE LOPES
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
10 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão do dia 15/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

De imediato, quero iniciar nossos trabalhos aqui no Pequeno Expediente convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Presidente Gilmaci Santos, fico muito feliz de ser o primeiro, a grata satisfação que tenho de ser o primeiro a falar neste Pequeno Expediente sob a Presidência de Vossa Excelência. Estamos com saudades de Vossa Excelência. Faz tempo que V. Exa. não vem presidir o Pequeno e o Grande Expediente. Então, muito obrigado, seja bem-vindo. E eu fico muito contente de poder falar e depois ouvir os meus colegas. Quero cumprimentar os integrantes das Polícias Penal, Civil, Técnico-Científica e Militar.

Cumprimentar todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp, viu, presidente? A Rede Alesp tem chegado sim a muitas residências e ela vai reprimando os nossos trabalhos aqui. Às vezes, a pessoa não pode assistir de manhã, assiste à noite; eu vejo também nas redes sociais. Eu vejo com bons olhos o trabalho que é realizado pela Rede Alesp.

Eu quero continuar, Sr. Presidente, sobre o secretário de Educação, Sr. Renato Feder. O Sr. Renato Feder continua fazendo negócios com o governo. Ele disse que os últimos negócios não foram feitos com a secretaria dele e sim com outras secretarias, inclusive com o lamspe. E é interessante que ele negocia com ele mesmo e ele tem o papel de fiscalizar ele mesmo, fiscalizar o cumprimento do contrato.

Isso não é muito bom para o governo, porque dá discurso para a oposição. A oposição vai ficar aqui falando, falando. Eu acho que o governo poderia tomar uma atitude mais enérgica e cortar o mal pela raiz.

A Multilaser, do secretário do Tarcísio, está proibida de fazer negócio com o governo, por não entregar produto no prazo. Renato Feder, sócio da empresa, está por trás do plano de acabar com livros impressos nas escolas de São Paulo.

Imagine que o governo federal, através do Plano Nacional do Livro, colocou à disposição cerca de dez milhões de livros e o secretário recusou receber esses livros. Mais de 120 milhões em recursos que a Secretaria de Educação está abrindo mão por conta de interesses financeiros, econômicos, que tem o Sr. Renato Feder em fazer negócios com a sua empresa, a Multilaser.

A empresa Multilaser, da qual o secretário de Educação de São Paulo, Renato Feder, é sócio, enfrenta sérias consequências por ser proibida de assinar novos contratos com o Poder Público, segundo informam os jornalistas Gustavo Córtes e Marcelo Godoy, no jornal "O Estado de S.Paulo". A proibição ocorreu após a empresa não cumprir o prazo de entrega de notebooks comprados pela Universidade Federal do Paraná.

A Controladoria-Geral da União determinou a inclusão da empresa na lista de proibidos de contratar - aquela declaração de inidoneidade, empresa inidônea -, impondo a punição por 15 dias, a partir de 1 de agosto. A empresa afirmou que irá recorrer da decisão. A Multilaser havia firmado contratos com a Secretaria de Educação de São Paulo, da qual Renato Feder é o responsável.

A empresa estava encarregada de fornecer notebooks e tablets para instituições educacionais, incluindo a universidade federal. No entanto, a empresa não conseguiu cumprir os prazos - o que acontece aqui em São Paulo também, ela não está cumprindo os prazos com a Secretaria da Educação estipulados para a entrega dos equipamentos, resultando na punição da Controladoria-Geral da União, a CGU.

O secretário Renato Feder é sócio da Multilaser por meio da "offshore" Dragon Gem, que detém uma parcela de 28,16% da empresa e possui sede em Delaware, um estado americano conhecido por suas vantagens fiscais. Essa ligação com a empresa levantou suspeitas de conflito de interesse, levando a uma investigação por parte da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo.

A secretaria comandada por Feder é responsável pela execução e fiscalização dos contratos entre o governo e a empresa da qual ele é sócio. A falta de entrega dos equipamentos dentro do prazo gerou controvérsias, especialmente porque a secretaria havia ignorado o cronograma escalonado de entrega estabelecido no contrato.

Especialistas em Direito Administrativo e público observaram que o caso apresenta indícios de conflito de interesse, levando à necessidade de investigação por parte do Ministério Público estadual e outros órgãos de controle. A ausência de punição à empresa pela secretaria, apesar da proibição pela CGU, levantou questionamentos sobre as ações de Renato Feder no cargo de secretário da Educação.

É Feder quem está por detrás do plano de acabar com os livros nas escolas do estado de São Paulo. Então, essa relação promíscua, Sr. Presidente, tem que ser, sim, denunciada, e nós estamos fazendo esse papel, enquanto o Governo não tomar as providências que precisam ser tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Tem a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, telespectadores da TV Alesp, funcionários desta Casa, eu aqui vou fazer considerações sobre o mesmo tema que o deputado Reis acaba de aqui registrar em excelente artigo, "Nossos Alunos Precisam de Livros", publicado no "Estado de S.Paulo" de hoje.

Jaime Pinsky, doutor livre-docente da USP, professor-titular da Unicamp, autor, coautor e organizador de 20 livros, entre os quais "A História da Cidadania", diz que nosso sistema educacional não tem oferecido muitos motivos de orgulho para os brasileiros.

Nossos resultados em rankings internacionais, a perda de qualidade, a pretexto da universalização, são fatos conhecidos. É necessário ainda registrar certo marasmo da máquina pública educacional, algo facilmente percebido por todos os que já tentaram colaborar no aperfeiçoamento do sistema educacional.

Tiveram que enfrentar marasmo, má vontade, burocracia sem fim, ideias novas, olhares diferentes, a cada dia a rotina parece ameaçada para muitos ocupantes de cargos de relevo dessa máquina emperrada.

Dogmas e acomodação se unem para manter o mesmo, por pior que pareça. No fim das contas, ficamos com a impressão de que no frenesi de apresentar novidades, haveria muitas para serem apresentadas. Com o objetivo de melhorar a educação em nosso Estado, o governo estadual está errando o alvo pelo simples motivo de desconhecer o assunto.

Na melhor das hipóteses, o governo fez um movimento só, mas está atacando em duas frentes: líquida com o livro impresso em papel e acaba com a possibilidade da escola do livro pelo professor. Por mais que tenha jeito de coisa moderninha, já há um consenso científico contrário à ideia de que o digital substitui o impresso em todas as situações e em todos os tipos de texto.

Nada contra o digital, desde que bem-utilizado. Eu mesmo tenho um aparelho que carrego com um bom número de livros e não deixo de levá-lo comigo quando viajo e não posso transportar todos os livros físicos que lerei durante o período em que estiver fora. Também leio mensagem no celular, embora me recuse a estabelecer relação de dependência com ele.

Mas sou um adulto, estamos falando de criança e adolescentes em fase de formação, e aí, prezado governador Tarcísio de Freitas, temos de ouvir quem sabe, não quem simplesmente quer inovar.

Uma das mais importantes e respeitadas especialistas, a americana Maryanne Wolf, em seu livro "O Cérebro no Mundo Digital" deixa isso bem claro, particularmente quando demonstra que a leitura em papel permite maior concentração e aproveitamento, menos interferência de fatores externos, e

com isso provocam um desenvolvimento cerebral mais intenso, duradouro e consequente.

Se o objetivo dos educadores e administradores do setor de Educação for como deveria ser, a formação de gente qualificada capaz de pensar por si própria a partir de um repertório sólido de informações, o texto escrito impresso em papel é fundamental. Nada contra o uso de material digital mais tarde nada contra a utilização do material digital complementar, mas não como um material exclusivo, particularmente no período de formação. De resto, é uma falsa novidade.

Até quem fez isso algum tempo já voltou atrás. No entanto, a meu ver, este não é sequer o problema mais grave. O projeto apresentado pelo governo estadual vai na contramão do seu apregoado liberalismo, de sua suposta visão democrática.

Vai, inclusive, na contramão de algo que o governador Tarcísio de Freitas gosta de alardear, principalmente quando quer mostrar seu distanciamento com relação aos demais políticos à prioridade que dá competência.

O projeto prevê aplicação de um conceito perigoso onde há existência da verdade única, uma vez que sugere existir um grupo de sábios, donos da verdade, essa mesma com "V" maiúsculo, que produziria um assustador livro único que substituiria todos os livros escritos e publicados por todas as editoras especializadas existentes no Brasil. A propósito, não estou ligado a nenhuma editora de livros.

Assustador, sim, se o governo federal falar em livro único, os liberais protestarão. Livro único existiu na União Soviética stalinista. Era o que circulava na Alemanha nazista; livro único cheira à pregação ideológica. No sistema atual, o Ministério da Educação banca os livros escolhidos por cada professor, em cada escola de cada um dos estados do país, e esperamos que não mude de rumo.

É muito provável que o professor seja a pessoa mais indicada para escolher o livro mais adequado para seus alunos. Ele sabe os alunos que tem na classe, o potencial de cada um deles, o universo em que vivem, suas referências culturais. Ou deve entender que o Sr. Secretário da Educação, que teve suspenso o sucesso como empresário, sabe melhor...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para a conclusão, deputado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Que o professor sabe qual livro deve utilizar com seus alunos.

Eu depois quero ainda voltar ao tema para mencionar o excelente editorial sobre o tema da revista "Isto É", denominada: "A Insensata Marcha contra o Livro".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado.

Passamos à Lista Suplementar, chamando o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Reis.

Tem novamente V.Exa. agora tempo na Lista Suplementar, por até cinco minutos regimentais.

O SR. REIS - PT - Retornando a esta tribuna, Sr. Presidente, para falar que nesta terça-feira, 15 de agosto, a categoria metroviária de São Paulo tem greve marcada contra a proposta do governo Tarcísio de Freitas de privatização do Metrô, da CPTM e da Sabesp, serviços essenciais à população que, se forem entregues à iniciativa privada, irão encarecer o acesso.

Vamos entender o que está acontecendo ali na ViaMobilidade, a grande quantidade de problemas. Inclusive, nós fizemos diligência, fomos lá visitar a sede da ViaMobilidade, apurar por que tanto problema e que aquela população que usa a Linha Lilás, que usa a linha que vem lá do Autódromo tem sofrido tanto com essa privatização que aconteceu, que é chamada a ViaMobilidade.

Os metroviários, no entanto, desafiam o governador, dispostos a liberar todas as catracas como forma de não prejudicar os passageiros durante a paralisação. Uma assembleia da categoria está marcada para hoje, dia 14, à noite, quando haverá a deliberação sobre a luta.

A proposta entreguista do governador Tarcísio é um desastre para a cidade de São Paulo. Vejamos a experiência com a ViaMobilidade, que tem deixado os paulistanos na mão dia sim e o outro também. E não é só a quebra e atraso nas linhas administradas pela ViaMobilidade, temos de falar também em incidentes e acidentes que podem vir a machucar um número imprevisível de pessoas.

O processo em torno da Linha 4-Amarela, que liga as estações Luz e Vila Sônia, trouxe prejuízos a São Paulo, pois segundo os metroviários, a concessão ocorreu desde o início das obras, em 2004.

O contrato com o governo previa pagamento de indenização à empresa concessionária até que todas as linhas fossem finalizadas, pois havia o entendimento de que a empresa perderia passageiros com os atrasos na obra. Ocorre que a obra também era de responsabilidade da iniciativa privada, portanto, o governo pagou sozinho por responsabilidades que eram, também, da empresa.

Ainda segundo os metroviários, as demais concessões, como a da Linha 5, e de todas as obras de expansão do metrô que estão previstas, possuem cláusulas contratuais extremamente onerosas ao estado. Eles explicaram que o governo dá a concessão e garante reembolso sobre futuros prejuízos. São muitas benesses oferecidas para a iniciativa privada.

Para os trabalhadores dessa linha, a completa precarização. Nessas empresas, os salários são menores, tem muito assédio, não há garantia de nenhum direito, sequer o pagamento de hora extra. Isso é correto?

Há relatos de metroviários com jornadas de 12 horas, o que é um perigo para a operação de transporte de milhões de passageiros diariamente. E isso nós constatamos lá no Centro de Operação da CPTM; o Centro de Operação da CPTM está dividido.

Parte dele foi entregue para a ViaMobilidade, porque a ViaMobilidade ganhou a privatização, ganhou o contrato, o certame, e ela ainda não tem um centro de operação, ela está terminando o seu centro de operação lá na região de Osasco. E nós vimos que os trabalhadores da CPTM têm uma carga horária bem menor e os trabalhadores da ViaMobilidade estão expostos a períodos, a escalas de 12 horas de trabalho, que isso é muito perigoso, porque nós estamos falando de vidas, nós estamos falando de transporte de pessoas. Imagina aquele operador que está ali, oito, nove, dez horas, doze horas naquela escala fatídica...

Então, tudo isso é motivo desse movimento que os metroviários estão fazendo. Hoje, em assembleia, vão deliberar se vão parar amanhã. Eles aguardam que o governo Tarcísio possa, sim, negociar com eles e melhorar as condições de trabalho desses trabalhadores, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy, novamente, pelo tempo, agora, na Lista Suplementar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Na insensata marcha contra o livro, o editorial de "Istoé" coloca de maneira muito clara: "foi concebida dias atrás, uma das esdrúxulas ideias de que se tem notícia há muito tempo no plano da Educação no País.

Talvez por birra ideológica ou até, provavelmente, por interesses muito específicos de alguns dos proponentes desta bizarra alternativa, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo resolveu simplesmente extinguir à distribuição de livros didáticos impressos, passando a adotar, em um lampejo de genialidade discursivo, o ensino digital como fórmula básica e praticamente exclusiva de aprendizado para os seus alunos. Seria modelo incorporado à grade já no ano letivo de 2024, logo ali.